

## SUMÁRIO

<b>Panorama do conjunto da obra</b> .....	vii
<b>Apresentação</b> .....	ix
<b>Prefácio ao Volume 3</b> .....	xiii
<b>Siglas e abreviações</b> .....	xxv
<b>Introdução ao Volume 3: Garantias institucionais jusprivadas e processuais; liberdades de associação</b> .....	1
Capítulo 13.	
<b>Direitos fundamentais ao casamento e à família (Art. 6 I GG)</b>	
<b>A. Notas introdutórias</b> .....	5
I. Direitos fundamentais de resistência (ou à abstenção de) à intervenção estatal.....	6
1. Casamento (Art. 6 I, 1ª variante GG) .....	7
1.1 Área de proteção.....	7
1.2 Intervenções estatais na área de proteção.....	8
1.3 Justificação constitucional de intervenções estatais na área de proteção .....	11
2. Família (Art. 6 I, 2ª variante GG).....	11
2.1 Área de proteção.....	11
2.2 Justificação constitucional de intervenções estatais .....	13

3. Direito ao poder parental/familiar – especialmente: à educação dos filhos (Art. 6 II 1 GG).....	14
3.1 Área de proteção.....	14
3.2 Intervenções estatais.....	17
3.3 Justificação constitucional.....	18
3.3.1 Limites constitucionais: reserva legal qualificada do Art. 6 II 2 GG e direitos constitucionais colidentes .....	19
3.3.2 Limite ao limite constitucional: Art. 6 III GG e o princípio da proporcionalidade .....	20
3.3.3 Tarefa de fiscalização pelo Estado do cumprimento do dever fundamental decorrente do Art. 6 II 1 GG determinada no Art. 6 II 2 GG.....	22
4. Direitos de resistência dos filhos decorrentes do Art. 6 I, 2ª variante GG	23
II. Garantias institucionais .....	24
1. Princípios estruturais do casamento e o impacto da nova lei civil .....	25
2. Princípios estruturais da família?.....	29
III. Decisão axiológica decorrente do Art. 6 I GG: dever de tutela estatal e direito de proteção .....	31
IV. Direito fundamental prestacional e à proteção de mães do Art. 6 IV GG	33
V. Direitos especiais de igualdade e vedações de discriminação (Art. 6 I, IV e V GG).....	33
<b>B. Decisões do TCF .....</b>	<b>34</b>
<b># 57. BVerfGE 47, 46 (<i>Sexualkundeunterricht</i>) .....</b>	<b>34</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	34
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	35
<b># 58. BVerfGE 105, 313 (<i>Lebenspartnerschaftsgesetz</i>) .....</b>	<b>41</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	41
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	44
<b># 59. BVerfGE 108, 82 (<i>Biologischer Vater</i>).....</b>	<b>81</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	81
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	85

<b># 60. BVerfGE 136,382 (<i>Großeltern</i>)</b> .....	103
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	103
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	105

Capítulo 14.

**Liberdade de associação (Art. 9 GG)**

<b>A. Notas introdutórias</b> .....	113
<b>I. Liberdade (geral) de associação: Art. 9 I GG</b> .....	114
1. Área de proteção.....	114
1.1 Introdução: marca normativa da área de proteção do Art. 9 GG ..	114
1.2 Conceito de associação .....	115
1.3 Exercício individual .....	116
1.4 Exercício coletivo.....	116
2. Intervenções estatais.....	117
3. Justificação constitucional.....	117
3.1 Limites constitucionais.....	117
3.2 Proporcionalidade de intervenções baseadas no Art. 9 II GG.....	118
3.2.1 Leis penais.....	118
3.2.2 Ordem constitucional .....	119
3.2.3 Entendimento entre os povos .....	120
3.3 Outros direitos constitucionais colidentes e proporcionalidade de intervenções neles baseadas .....	120
<b>II. Liberdade de associação sindical (liberdade de coalizão): Art. 9 III GG</b>	120
1. Conteúdo e alcance do direito de resistência.....	120
1.1 Área de proteção.....	120
1.1.1 Conceito de coalização .....	121
1.1.2 Exercício individual.....	121
1.1.3 Exercício coletivo .....	122
1.2 Peculiaridade: Eficácia horizontal direta prescrita no Art. 9 III 2 GG .....	122

2. Intervenções estatais e pelo adversário social .....	123
3. Justificação constitucional .....	123
3.1 Limites constitucionais.....	123
3.2 Direito constitucional de colisão e proporcionalidade de intervenções.....	124
3.3 Limite do limite do Art. 9 III 3 GG .....	125
III. Concorrências .....	125
<b>B. Decisões do TCF .....</b>	<b>126</b>
<b># 61. BVerfGE 19, 303 (<i>Dortmunder Hauptbahnhof</i>).....</b>	<b>126</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	126
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	126
<b># 62. BVerfGE 50, 290 (<i>Mitbestimmungsgesetz</i>) .....</b>	<b>131</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	131
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	132
<b># 63. BVerfGE 84, 212 (<i>Aussperrung</i>) .....</b>	<b>138</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	138
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	139
<b># 64. BVerfGE 92, 365 (<i>Kurzarbeitergeld</i>).....</b>	<b>145</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	145
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	145
<b># 65. BVerfGE 100, 214 (<i>Gewerkschaftsausschluss</i>).....</b>	<b>151</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	151
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	153
<b># 66. BVerfGE 100, 271 (<i>Lohnabstandsklausel</i>).....</b>	<b>158</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	158
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	160
<b># 67. BVerfGE 103, 293 (<i>Urlaubsanrechnung</i>) .....</b>	<b>167</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	167
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	169

## Capítulo 15.

**Garantia da via jurisdicional (Art. 19 IV GG)**

<b>A. Notas introdutórias</b> .....	175
I. Área de proteção.....	176
1. “Poder Público” .....	176
2. Lesão de direito .....	177
3. Abertura da via jurisdicional .....	178
II. Intervenção estatal.....	179
III. Justificação constitucional .....	179
<b>B. Decisões do TCF</b> .....	180
<b># 68. BVerfGE 84, 34 (<i>Gerichtliche Prüfungskontrolle</i>)</b> .....	180
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	180
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	180
<b># 69. BVerfGE 107, 395 (<i>Rechtsschutz gegen den Richter I</i>)</b> .....	184
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	184
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	187

## Capítulo 16.

**Direito ao juiz natural (Art. 101 I 2 GG)**

<b>A. Notas introdutórias</b> .....	207
I. Área de proteção.....	208
II. Intervensões estatais.....	209
III. Justificação constitucional da intervenção estatal na área de proteção do Art. 101 I 2 GG.....	211
<b>B. Decisões do TCF</b> .....	211
<b># 70. BVerfGE 4, 412 (<i>Gesetzlicher Richter</i>)</b> .....	211
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	211
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	211

<b># 71. BVerfGE 95, 322 (<i>Spruchgruppen</i>)</b> .....	214
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	215
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	216

Capítulo 17.

**Direito à “oitiva judicial” – ampla defesa e contraditório (Art. 103 I GG)**

<b>A. Notas introdutórias</b> .....	225
I. Área de proteção.....	226
1. Oitiva judicial .....	226
2. Perante tribunal.....	226
II. Intervenção estatal.....	227
III. Justificação Constitucional.....	227
<b>B. Decisões do TCF</b> .....	227
<b># 72. BVerfGE 9, 89 (<i>Gehör bei Haftbefehl</i>)</b> .....	227
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	227
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	228
<b># 73. BVerfGE 25, 158 (<i>Rechtliches Gehör bei Versäumnisurteilen</i>)</b> ....	231
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	231
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	231
<b># 74. BVerfGE 108, 341 (<i>Rechtsschutz gegen den Richter II</i>)</b> .....	234
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	234
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	236

Capítulo 18.

***Nulla poena sine lege* (Art. 103 II GG)**

<b>A. Notas introdutórias</b> .....	243
I. Área de proteção.....	244
1. Conceito de punibilidade.....	244
2. Princípio do ato .....	244

3. Princípio da legalidade .....	245
4. Princípio da determinabilidade.....	245
5. Vedação de retroação .....	245
II. Intervenção estatal.....	246
III. Justificação Constitucional.....	246
<b>B. Decisões do TCF .....</b>	<b>247</b>
<b># 75. BVerfGE 14, 174 (<i>Gesetzgebundenheit im Strafrecht</i>).....</b>	<b>247</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	247
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	247
<b># 76. BVerfGE 25, 269 (<i>Verfolgungsverjährung</i>).....</b>	<b>251</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	251
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	251
<b># 77. BVerfGE 105, 135 (<i>Vermögensstrafe</i>).....</b>	<b>255</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	256
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	259
Capítulo 19.	
<i>Ne bis in idem</i> (Art. 103 III GG)	
<b>A. Notas introdutórias .....</b>	<b>283</b>
I. Área de proteção.....	284
1. Mesmo ato .....	284
2. As leis penais gerais .....	285
3. Singularidade temporal da persecução penal .....	285
II. Intervenção estatal.....	285
III. Justificação Constitucional.....	286
<b>B. Decisões do TCF .....</b>	<b>286</b>
<b># 78. BVerfGE 23, 191 (<i>Dienstflucht</i>) .....</b>	<b>286</b>
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	286
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	287

<b># 79. BVerfGE 56, 22 (<i>Kriminelle Vereinigung</i>)</b> .....	290
Matéria (síntese do direito e dos fatos) .....	290
Excertos da decisão com anotações pontuais .....	291
<b>Bibliografia</b> .....	301
<b>Como citar esta obra ou partes dela</b> .....	304